

ODEBRECHT AMBIENTAL - SUMARÉ S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

ODEBRECHT AMBIENTAL - SUMARÉ S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.
Sumaré - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações da **Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.b às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga atos ilícitos que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia fazia parte em 31 de dezembro de 2016.

Em 1º de dezembro de 2016, foi assinado Acordo de Leniência pela Odebrecht S.A., controladora indireta da Companhia, já homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal em Curitiba em 22 de maio de 2017. Ressalta-se, nessa mesma nota, que apesar do acordo ter sido firmado pela Odebrecht S.A., o mesmo tem seus efeitos estendidos para todas as empresas do grupo econômico. A Administração entende que tais efeitos, caso existentes, não afetarão significativamente as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2016. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Alienação do controle acionário

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.a às demonstrações contábeis, em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A. firmou contrato para alienação da totalidade de sua participação, equivalente a 70%, do capital social da ODB Ambiental, controladora indireta da Companhia à época (“Transação”). A Transação foi concluída 25 de abril de 2017, quando a Companhia deixou de fazer parte do Grupo Odebrecht.

A Administração entende que a Transação que resultou na alteração do controle acionário não afeta significativamente as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como não gerará alteração negativa nas premissas que fundamentaram seu plano de negócios. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis da **Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 01 de abril de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, mas contendo parágrafo de ênfase sobre o assunto Operação Lava Jato, mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de junho de 2017.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	Nota explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	103	607	Fornecedores	9	13.995	11.111
Contas a receber	6	9.840	9.925	Empréstimos	10		5.180
Adiantamentos a fornecedores	7	2.881	3.115	Debêntures	11	11.986	16.919
Outros ativos		<u>977</u>	<u>768</u>	Salários e encargos sociais		1.492	1.647
				Tributos a pagar		2.171	1.529
		<u>13.801</u>	<u>14.415</u>	Obrigações com o poder concedente	14	26.542	28.819
				Outros passivos		<u>750</u>	<u>4.123</u>
						<u>56.936</u>	<u>69.328</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	11	61.248	64.715
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	17.543	10.311	Partes relacionadas	12	43.019	5.304
Outros ativos		<u>771</u>	<u>640</u>	Provisões para contingências	15	40	311
				Tributos a pagar		<u>2.521</u>	
		<u>18.314</u>	<u>10.951</u>			<u>106.828</u>	<u>70.330</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)	16		
Intangível	8	906	622	Capital social		2.033	2.033
		<u>98.471</u>	<u>95.502</u>	Prejuízos acumulados		<u>(34.305)</u>	<u>(20.201)</u>
						<u>(32.272)</u>	<u>(18.168)</u>
Total do ativo		<u><u>131.492</u></u>	<u><u>121.490</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		<u><u>131.492</u></u>	<u><u>121.490</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2016	2015
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	17 (a)	65.633	35.733
Custos dos serviços prestados	17 (b)	(52.271)	(35.245)
Lucro bruto		13.362	488
Despesas operacionais	17 (b)		
Gerais e administrativas		(12.620)	(15.405)
Outras receitas, líquidas		134	
Lucro (prejuízo) operacional		876	(14.917)
Resultado financeiro	17 (c)		
Receitas financeiras		1.024	1.165
Despesas financeiras		(23.236)	(16.114)
Resultado financeiro, líquido		(22.212)	(14.949)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(21.336)	(29.866)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (b)	7.232	10.091
Prejuízo do exercício		(14.104)	(19.775)
Prejuízo por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	16 (b)	(6,94)	(9,73)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto) Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2015	2.033	(426)	1.607
Prejuízo do exercício		<u>(19.775)</u>	<u>(19.775)</u>
Em 31 de dezembro de 2015	2.033	(20.201)	(18.168)
Prejuízo do exercício		<u>(14.104)</u>	<u>(14.104)</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>2.033</u>	<u>(34.305)</u>	<u>(32.272)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.336)	(29.866)
Ajustes		
Depreciação e amortização	3.485	1.685
Valor residual do ativo imobilizado baixado	43	16
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	828	
Provisão para contingências	(263)	311
Margem de lucro de construção	(120)	(189)
Juros e variações monetárias, líquidos	16.249	15.776
	(1.114)	(12.267)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(743)	(9.925)
Adiantamentos a fornecedores	234	(3.115)
Outros ativos	(340)	(1.408)
Fornecedores	1.164	9.296
Salários e encargos sociais	(155)	1.647
Tributos a pagar	3.164	1.397
Obrigações com o poder concedente	(3.791)	(37.917)
Provisões para contingências	(8)	
Outros passivos	(3.371)	1.538
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(4.960)	(50.754)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(117)	(704)
Adições ao intangível	(4.827)	(7.468)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.944)	(8.172)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos		30.000
Amortizações de empréstimos	(5.266)	(55.000)
Juros pagos de empréstimos	(311)	(2.441)
Ingressos de debêntures		73.701
Juros pagos de debêntures	(22.738)	
Partes relacionadas	37.715	6.560
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	9.400	52.820
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(504)	(6.106)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	607	6.713
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	103	607

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A. ("Companhia") foi constituída em 19 de novembro de 2014, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de água e esgotamento sanitário do Município de Sumaré, Estado de São Paulo.

Em 19 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o contrato de concessão com prazo de vigência de 30 anos, que compreende os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, incluindo a gestão comercial de todas as atividades, estudos técnicos, projetos, serviços e obras necessárias à complementação, adequação e modernização do sistema, bem como a realização de atividades correlatas, serviços complementares e a exploração de fontes de receitas autorizadas, decorrente da Concorrência nº 04/2014 do Município de Sumaré, que prevê o reajuste anual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e opção para renovação do prazo. Em junho de 2015, a Companhia iniciou sua operação.

Em 10 de dezembro de 2015, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Sumaré assinaram o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com a finalidade de antecipar a universalização do serviço de tratamento de esgotamento sanitário de 2028 para 2022. Em consequência, a Companhia, como interveniente, acordou juntamente com o poder concedente, a postergação do saldo a pagar de outorga, desde novembro de 2015 até a assinatura do 1º Aditivo ao Contrato de Concessão para reequilíbrio econômico financeiro, assinado em 30 de novembro de 2016.

Em 29 de dezembro de 2016, a controladora Odebrecht Ambiental S.A. ("ODB Ambiental") transferiu a totalidade das ações detidas na Companhia para a Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A. ("OAPS"). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia era parte integrante do Grupo Odebrecht ("Grupo").

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 43.135 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 54.913), apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 14.104 (2015 - R\$ 19.775), bem como passivo a descoberto de R\$ 32.272 (2015 - R\$ 18.168), principalmente em função de: (i) outorga a pagar ao poder concedente, cujos pagamentos voltaram a ser realizados decorrente da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme descrito em parágrafo anterior nesta nota; (ii) emissão de debêntures, cujos juros começaram a ser pagos em julho de 2016 com recursos do mútuo contratado junto à controladora. O prejuízo apresentado no exercício estava dentro do planejado em função da Companhia estar em fase inicial de suas atividades. A Administração da Companhia estima que irá gerar ingresso operacional de R\$ 667.139 nos próximos 5 anos e cumprirá as obrigações contratuais e financeiras de curto prazo, além de já estar em negociação com as principais instituições financeiras para captação de nova dívida de longo prazo e renegociação das dívidas existentes. A previsão de arrecadação para o ano de 2017 é de R\$74.518 mil (não auditado).

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Reestruturação societária

Em 27 de outubro de 2016, a Odebrecht S.A. (“ODB”) firmou contrato para alienação da totalidade de sua participação, equivalente a 70%, do capital social da ODB Ambiental, controladora direta da Companhia à época (“Transação”).

A Transação foi devidamente aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 14 de dezembro de 2016, sendo que o seu fechamento definitivo e a troca efetiva do controle da ODB Ambiental encontravam-se sujeitos a outras condições habituais em operações dessa natureza, como a obtenção de anuências do Poder Público e Financiadores. Até que a venda fosse efetivamente concluída, com o efetivo implemento de todas as condições, o controle direto e indireto da Companhia, bem como os planos da atual Administração, permaneceram inalterados.

Após reorganização societária ocorrida em 29 de dezembro de 2016 e a implementação de todas as condições pertinentes, a Transação foi concluída em 25 de abril de 2017, tendo sido alienada, pela ODB, a totalidade de suas ações no capital da OAPS, empresa que congrega as participações dos ativos da ODB Ambiental envolvidos na Transação e atual controladora indireta da Companhia, para o BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc. O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS mantém sua participação de 30% no capital social da OAPS.

Em virtude da conclusão da alienação pela ODB, em 25 de abril de 2017, da totalidade das suas ações detidas no capital social OAPS, esta possui capacidade financeira para suportar eventuais necessidades para honrar seus compromissos de curto prazo.

Toda a estrutura técnica da ODB Ambiental, tais como o seu quadro de funcionários e sua capacidade técnica, operacional e financeira, foram transferidos para a OAPS e permanece inalterada, garantindo, portanto, a manutenção de todos os compromissos.

Em relação à Companhia, a Transação resultou na alteração de seu controle societário direto, sem gerar impactos no dia a dia de sua operação, na execução de seus contratos ou na relação com parceiros e contrapartes.

(b) Operação Lava-Jato

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava-Jato, que investiga, principalmente, práticas de corrupção e lavagem de capitais, e que também envolvem empresas, ex-executivos e executivos, ex-empregados e empregados do Grupo, do qual a Companhia fazia parte até 25 de abril de 2017. No contexto dessas investigações, ressalta-se que a Companhia não foi objeto de qualquer mandado de busca e apreensão.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1º de dezembro de 2016, foi assinado Acordo de Leniência pela antiga controladora indireta da ODB Ambiental (ODB), já homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e pela 13ª Vara Federal em Curitiba em 22 de maio de 2017, produzindo assim os efeitos cíveis inerentes. O Acordo foi tornado público pelo Ministério Público Federal, que já está postulando a aplicação de suas cláusulas em juízo. A ODB também firmou acordo de mesma natureza com o Departamento de Justiça Americano. Ressalta-se que a Companhia não é subscritora dos mencionados Acordos e que os mesmos foram firmados pela ODB, sendo seus efeitos estendidos para todas as empresas pertencentes ao seu Grupo Econômico, de forma que a Companhia não assumiu, nem assumirá responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária neles previstas.

Em 30 de janeiro de 2017, o Supremo Tribunal Federal homologou as colaborações premiadas dos executivos, e ex-executivos do Grupo na Operação Lava-Jato. Até o presente momento, o conteúdo das colaborações é objeto de investigação por parte das autoridades brasileiras.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas investigações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

Desta forma, tendo em vista que o Acordo de Leniência beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração, de forma que elas não assumirão responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária nele prevista, no melhor conhecimento da Administração da Companhia, não há razão para determinar que a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e de suas consequências. Assim, a Administração da Companhia entende que não há razão para que eventuais efeitos da Operação Lava Jato, caso existentes, afetem significativamente as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de junho de 2017.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia não possuiu outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Dessa forma, a demonstração de resultados abrangentes nessas datas não está sendo apresentada.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação.

2.3.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa, calculada com base na análise dos créditos e registrada no montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Ativos intangíveis

(a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar aos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão, e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é avaliado pelo valor justo, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita foi estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são avaliados a valor justo e classificados como intangível em formação.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante e não circulante.

O direito de outorga foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada linearmente com base no prazo do contrato de concessão.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.7 Empréstimos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os valores estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas pagas de empréstimos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos empréstimos e debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou todo dos empréstimos e debêntures sejam sacados.

Os empréstimos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

2.8 Obrigações com o poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o Poder Concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante. Tais valores, quando relevantes, são registrados a valor presente e apropriados ao resultado com base no prazo do contrato.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.10 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Receita de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, sendo as receitas referentes a prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto. As receitas incluem ainda, parcela não faturada que representam receitas incorridas, cujo consumo foi realizado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período.

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05, já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, segundo o método de porcentagem de conclusão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2016 e 2015 é de 2% para os contratos de concessões públicas (intangível).

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados (ativo intangível).

2.11 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC):

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 16 – “Arrendamentos” – Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento dos contratos de arrendamento. A versão completa do IFRS 16 foi publicada em janeiro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; e (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão para contabilizar seu contrato de construção. O uso deste método requer que a Companhia estime o estágio de execução de cada contrato até a data-base do balanço patrimonial como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados (Nota 2.10 (b)).

(d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(e) Vida útil do ativo intangível

Os ativos intangíveis da concessão são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e o 2015.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Os critérios para constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e de órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias. Apesar de ser um critério quantitativo, devido ao tipo de serviço que a Companhia presta ser um serviço essencial, o não pagamento pelo usuário final do título vencido geraria a interrupção do serviço. Dessa forma, a Companhia considera que o critério para constituição da PCLD é suficiente para cobrir eventuais perdas nesses títulos.

A Companhia possui créditos de realização duvidosa no montante de R\$ 828, para fazer face aos riscos de crédito (Nota 6).

O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber na data do balanço (Notas 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital às acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira no exercício findo em 31 de dezembro 2016 e 2015, pode ser assim sumariado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Total de empréstimos (Nota 10)		5.180
Total de debêntures (Nota 11)	73.234	81.634
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(103)	(607)
Dívida líquida	73.131	86.207
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(32.272)	(18.168)
Total do capital	40.859	68.039
Índice de alavancagem financeira - %	<u>179%</u>	<u>127%</u>

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	103	607
Contas a receber	9.840	9.925
	<u>9.943</u>	<u>10.532</u>
Outros passivos financeiros		
Fornecedores	(13.995)	(11.111)
Empréstimos		(5.180)
Debêntures	(73.234)	(81.634)
Obrigações com o poder concedente	(26.542)	(28.819)
Partes relacionadas	(43.019)	(5.304)
Outros passivos	(750)	(4.123)
	<u>(157.540)</u>	<u>(136.171)</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fundo fixo	15	15
Bancos conta movimento	88	190
Aplicações financeiras (i)		402
	<u>103</u>	<u>607</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 está representado por operação compromissada com banco de primeira linha, sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	10.668	9.925
Provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD")	(828)	
	<u>9.840</u>	<u>9.925</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	4.125	3.819
Vencidos		
Até 30 dias	1.870	2.106
De 31 a 60 dias	504	874
De 61 a 90 dias	193	447
De 91 a 180 dias	444	563
De 181 a 720 dias	747	
Valores a faturar	<u>2.862</u>	<u>2.250</u>
Contas a receber de clientes	10.745	10.059
PCLD	(828)	
Arrecadações a identificar	<u>(77)</u>	<u>(134)</u>
	<u>9.840</u>	<u>9.925</u>

O critério para constituição da PCLD são os títulos a receber de usuários particulares vencidos há mais de 180 dias e órgãos públicos vencidos há mais de 720 dias.

Em 31 de dezembro de 2016, a PCLD possui o valor de R\$ 828 e a análise dos vencimentos está apresentada abaixo:

	<u>2016</u>
De 181 a 720 dias	<u>828</u>

7 Adiantamento a fornecedores

O saldo de R\$ 2.881 (2015 – R\$ 3.115) refere-se, substancialmente, ao adiantamento contratual para o fornecedor Capital Humano Obras e Serviços Ltda., que presta serviços técnicos e fornecem equipamentos e materiais para execução de obras no sistema de esgotamento sanitário e abastecimento de água. O saldo deverá ser compensado conforme a execução do serviço.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Intangível em formação (i)	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2015		87.685		2.209	89.894
Adições	783			8.689	9.472
Transferências	2.681			(2.681)	
Ajuste a valor presente		(2.244)			(2.244)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	3.464	85.441		8.217	97.122
Amortização acumulada					
Amortização	(83)	(1.537)			(1.620)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	(83)	(1.537)			(1.620)
Valor contábil líquido	3.381	83.904		8.217	95.502
Custo de aquisição					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	3.464	85.441		8.217	97.122
Adições	2.328		138	4.201	6.667
Baixas	(53)				(53)
Transferências	5.138		295	(5.669)	(236)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	10.877	85.441	433	6.749	103.500
Amortização acumulada					
Saldo inicial em 1º janeiro de 2016	(83)	(1.537)			(1.620)
Amortização	(525)	(2.852)	(42)		(3.419)
Baixas	10				10
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	(598)	(4.389)	(42)		(5.029)
Valor contábil líquido	10.279	81.052	391	6.749	98.471
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5 a 10		

- (i) O intangível em formação refere-se aos investimentos na construção da estação de esgotamento sanitário do Município de Sumaré, com previsão de conclusão em dezembro de 2019.

9 Fornecedores

	2016	2015
Aquisição de infraestrutura	1.720	1.815
Serviços e materiais para operação	12.161	8.359
Outros	114	937
	13.995	11.111

10 Empréstimos

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	2015
Capital de giro (CCB) CDI - 2,20% a 4,16%	16,35% a 16,44%	jul/2016 a ago/2016	5.180

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	2016	2015
Saldo no início do exercício	5.180	30.142
(+) Adição de principal		30.000
(+) Adição de juros	397	2.479
(-) Amortização de principal	(5.266)	(55.000)
(-) Amortização de juros	(311)	(2.441)
Saldo no final do exercício		5.180

11 Debêntures

(a) Composição

Instituição financeira	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2016	2015
Bradesco	Única	abr/2015	CDH+4,55%	21,25%	jun/2020	1.299	(909)	74.143	82.803
(-) Custos de transação								(909)	(1.169)
Total						1.299	(909)	73.234	81.634
Total de debêntures curto prazo								12.246	17.179
(-) Custo de transação								(260)	(260)
Circulante								11.986	16.919
Total de debêntures longo prazo								61.897	65.624
(-) Custo de transação								(649)	(909)
Não circulante								61.248	64.715
								73.234	81.634

(b) Movimentação

	2016	2015
Saldo no início do exercício	81.634	
(+) Novas emissões		75.000
(+) Encargos financeiros	14.078	7.803
(-) Amortização juros	(22.738)	
(+/-) Custos de transação	260	(1.169)
Saldo no final do exercício	73.234	81.634

(c) Prazo de vencimento

	2016
2018	24.479
2019	24.479
2020	12.290
	61.248

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Garantias e outras informações relevantes

As debêntures estão garantidas pelo suporte de seu acionista controlador.

(e) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seu contrato de debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais.

A consequência para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve *waiver* da instituição financeira para resguardar o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD.

12 Partes relacionadas

	Passivo não circulante		Custos/despesas operacionais		Resultado financeiro	
	Partes relacionadas					
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OAPS	43.019		(393)		(572)	
ODB Ambiental		5.304	(4.619)	(3.118)	(3.155)	(784)
	<u>43.019</u>	<u>5.304</u>	<u>(5.012)</u>	<u>(3.118)</u>	<u>(3.727)</u>	<u>(784)</u>

O saldo refere-se ao contrato de mútuo com remuneração de 100% do CDI acrescido de 4% ao ano, com vencimento em 31 de dezembro de 2018 e ao rateio de despesas e serviços prestados pelo acionista controlador, conforme contrato entre as partes.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2016	2015
Ativo diferido	17.967	10.787
Passivo diferido	(424)	(476)
	<u>17.543</u>	<u>10.311</u>

Conforme o estudo técnico preparado pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2016</u>
Ativo de imposto diferido	
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	718
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	<u>17.249</u>
	<u>17.967</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2017	718
2018	718
2019	718
2020	15.730
2026	<u>83</u>
	<u>17.967</u>
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	<u>(424)</u>
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2023	(15)
2024	(227)
2025	<u>(182)</u>
2026	<u>(424)</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos períodos. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do		2016
	2015	resultado	
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	7.510	7.920	15.430
Provisões	106	18	124
Lei 12.973	<u>3.171</u>	<u>(758)</u>	<u>2.413</u>
	<u>10.787</u>	<u>7.180</u>	<u>17.967</u>
Passivo fiscal diferido			
Receita e custo de construção	(79)	(37)	(116)
Capitalização de juros e custo de transação	<u>(397)</u>	<u>89</u>	<u>(308)</u>
	<u>(476)</u>	<u>52</u>	<u>(424)</u>

(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável, como segue:

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(21.336)	(29.866)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	7.254	10.154
Efeito das exclusões permanentes	(22)	(63)
Receita de imposto de renda e contribuição social	7.232	10.091

(c) Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em 1º de janeiro de 2015 entrou em vigor a Lei no 12.973/14, tendo em vista que a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

14 Obrigações com o poder concedente

Refere-se à outorga fixa a pagar ao poder concedente pela exploração e utilização dos bens afetos ao contrato de concessão via subdelegação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto e gestão comercial da água no Município de Sumaré.

O valor total da obrigação com o poder concedente é de R\$ 91.000 dividido em 14 parcelas ajustadas a valor presente pela taxa de desconto de 8,56% ao ano, que se refere à taxa interna de retorno do contrato de concessão. A primeira parcela foi paga no ato da celebração do contrato de concessão, com valor equivalente a 25% do valor total da outorga (R\$ 22.750). A segunda parcela, que tem o mesmo valor da primeira, foi paga em 17 de junho de 2015. Em julho de 2015, iniciou-se a amortização mensal no valor de R\$ 3.792, tendo sido pago o valor de R\$ 15.167. Em 17 de outubro de 2015 os pagamentos foram suspensos, conforme Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, e foram retomados em dezembro de 2016, conforme mencionado na Nota 1.

15 Provisões para Contingências

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Em 31 de dezembro de 2014			
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	205	106	311
Em 31 de dezembro de 2015	205	106	311
Debitado (creditado) à demonstração do resultado			
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	95		95
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(251)	(106)	(357)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(9)		(9)
Em 31 de dezembro de 2016	40		40

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Causas possíveis

A Companhia possui processos judiciais em andamento de natureza cíveis e trabalhistas, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. Em 31 de dezembro de 2016, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 1.508 (2015 – R\$ 311).

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
OAPS	100,00		2.033		2.032.852	
ODB Ambiental		100,00		2.033		2.032.852
			<u>2.033</u>	<u>2.033</u>	<u>2.032.852</u>	<u>2.032.852</u>

Em 29 de dezembro de 2016, a ODB Ambiental transferiu a totalidade das ações detidas na Companhia para a OAPS.

(b) Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2016	2015
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(14.104)	(19.775)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>2.033</u>	<u>2.033</u>
Prejuízo básico por ação (em R\$)	<u>(6,94)</u>	<u>(9,73)</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Resultado do exercício

(a) Receita

As reconciliações das receitas auferidas são conforme segue:

	Nota explicativa	2016	2015
Operações			
Receita de serviços	2.9 (a)	67.140	30.499
Receita de construção	2.9 (b)	5.998	9.471
		<u>73.138</u>	<u>39.970</u>
Impostos e contribuições sobre serviços		(6.224)	(2.677)
Abatimentos e cancelamentos		<u>(1.281)</u>	<u>(1.560)</u>
		<u>65.633</u>	<u>35.733</u>

O aumento da receita deve-se ao início das operações da Companhia em junho de 2015.

(b) Despesa por natureza

	Nota explicativa	2016	2015
Classificadas por natureza:			
Custo de construção (i)		(5.878)	(9.282)
Pessoal			
Remunerações		(9.011)	(7.061)
Encargos sociais e trabalhistas		(3.190)	(2.515)
Programa de alimentação		(1.116)	(725)
Programa de saúde		(849)	(469)
Outros benefícios		<u>(266)</u>	<u>(161)</u>
		<u>(14.432)</u>	<u>(10.931)</u>
Materiais		(5.668)	(4.802)
Serviços			
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica		(17.777)	(10.714)
Serviços pessoa jurídica		(10.273)	(8.683)
Manutenções		(630)	(339)
Auditorias, consultorias e assessorias		(1.570)	(1.104)
Outros		<u>(43)</u>	<u>(58)</u>
		<u>(30.293)</u>	<u>(20.898)</u>
Tributos, taxas e contribuições		(304)	(81)
Partes relacionadas	12	(5.012)	(3.118)
Seguros		(436)	(126)
Depreciação e amortização		(3.485)	(1.685)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		2.563	1.549
Comercial		(281)	(180)
Viagens		(105)	(128)
Outras		<u>(1.426)</u>	<u>(968)</u>
		<u>(64.757)</u>	<u>(50.650)</u>
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(52.271)	(35.245)
Gerais e administrativas		(12.620)	(15.405)
Outras receitas, líquidas		<u>134</u>	
		<u>(64.757)</u>	<u>(50.650)</u>

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2016	2015
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		7	509
Multas por atraso de pagamento		611	128
Juros sobre atraso de pagamentos		448	35
Outras		8	514
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)		(50)	(24)
		<u>1.024</u>	<u>1.165</u>
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias		(14.735)	(10.443)
Partes relacionadas	12	(3.727)	(784)
Ajuste a valor presente		(1.514)	(4.044)
Multa por atraso de pagamento		(1.403)	(285)
Juros sobre atraso de pagamento		(1.113)	(53)
Outras		(744)	(505)
		<u>(23.236)</u>	<u>(16.114)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(22.212)</u>	<u>(14.949)</u>

18 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Odebrecht e contando com o apoio da OCS – Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda., seus consultores, corretores e seguradoras parceiras nacionais e internacionais de primeira linha, para assegurar a contratação, o preço certo, das coberturas adequadas a cada contrato, em montantes suficientes para fazer face à indenização de eventuais sinistros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente a prestação de serviços aos clientes, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de operações e ambiental, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	60.000
Risco de engenharia	173.204
Riscos diversos	10.000
Riscos operacionais	137.165

Odebrecht Ambiental - Sumaré S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Eventos subsequentes

Em 24 de março de 2017, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 50.000, com vencimento em 24 de setembro de 2018. Os recursos captados serão exclusivamente destinados para reforço de capital da Companhia, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de capital de giro e pagamentos de investimentos realizados, ou ainda para cobrir o valor da outorga prevista no contrato de concessão.

Em 26 de abril de 2017 foi aprovada pelo acionista a alteração do estatuto social que altera a razão social da Companhia para BRK Ambiental - Sumaré S.A.

* * *